

Concepções de profissionais de educação e saúde sobre Educação Inclusiva: reflexões para uma prática transformadora

Conceptions of education and health professionals on Inclusive Education: reflections for transforming practices

Concepciones de los profesionales de la educación y de salud acerca de la Educación Inclusiva: reflexiones para prácticas transformadoras

*Celina Camargo Bartalotti**
*Cristiane Yonezaki***
*Vanessa do Nascimento****
*Marina Bradaschia Correa****

*Renata Zaghetto de Almeida****
*Mariana Custódio Manoel*****
*Mariana Guedes de Carvalho******
*Ana Paulo F. O. Alvarez******

RESUMO: A Inclusão de pessoas com deficiências tem sido tema de discussões e estudos, particularmente no campo da Educação, frente à realidade legal que garante a essa parcela da população o direito de frequentar escolas regulares, independente de suas peculiaridades. Para a melhor compreensão desse campo, delinea-se essa pesquisa, que teve por objetivo apreender concepções de educação inclusiva de profissionais de educação e saúde, para levantar indicativos de ações favorecedoras da construção de uma escola para a diversidade. Teve como sujeitos 90 educadores atuantes em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, da rede pública e particular de ensino, e 50 profissionais da saúde (terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, médicos, enfermeiros, psicólogos) que têm atuação ligada a pessoas com deficiência. A amostra foi definida a partir do princípio de saturação teórica. Os dados foram coletados por um questionário, no qual se perguntava ao sujeito se era contra a inclusão de alunos com deficiência na escola regular, a favor ou a favor com restrições, e porquê. A partir da resposta à pergunta: por quê?, foram elaboradas as seguintes categorias de análise (a posteriori): direito, concepção de deficiência, apoio, formação, atitude e estrutura. A análise das respostas dos sujeitos aponta para uma concepção de deficiência como doença e um olhar para o aluno com deficiência como um problema que a escola não estaria preparada para enfrentar. Conclui-se que os trabalhos para a construção de uma escola inclusiva devem passar, necessariamente, por ações que visem a mudar concepções sobre deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas portadoras de deficiência-educação. Educação inclusiva. Educação especial.

ABSTRACT: Inclusion of people with deficiencies has been the subject of debates and studies, particularly in the field of Education, due to the legal reality that guarantees to this segment of the population the right to frequent regular schools, independently of their peculiarities. For the best understanding of this field, this research was delineated that aims to identify conceptions of inclusive education of education and health professionals, in order to identify actions supporting the construction of a school environment devoted to diversity. Subjects were 90 educators working in Children Education and Elementary and Secondary Education, from public and private schools, and 50 health professionals (occupational therapists, phon audiologists, physiotherapists, doctors, nurses, psychologists) that work with people having deficiencies. The sample was defined on the basis of the theoretical saturation principle. Data were gathered with a questionnaire in which it was asked to subjects whether they were against the inclusion of pupils with deficiencies in the regular school, absolutely pro or partially pro, and why. From the answer to the question "why?" the following categories of analysis were elaborated (a posteriori): right, conception of deficiency, support, education, attitude and structure. The analysis of the subjects answers points to a conception of deficiencies as illnesses and an idea of pupil with deficiencies as a problem that the school would not be prepared to face. We conclude that the work for the construction of an inclusive school must entail necessarily actions aimed at changing conceptions on deficiency.

KEYWORDS: People with deficiencies-education. Inclusive education. Special education.

RESUMEN: La inclusión de la gente con deficiencias ha sido el tema de discusiones y de estudios, particularmente en el campo de la educación, debido a la realidad legal que garantiza a este segmento de la población el derecho de frecuentar escuelas regulares, independientemente de sus particularidades. Para la mejor comprensión de este campo, esta investigación fue delineada como para identificar conceptos de la educación inclusiva de los profesionales de la educación y de salud, acciones que apoyen la construcción de un ambiente de escuela dedicado a la diversidad. Los sujetos fueron 90 educadores que trabajan en la educación de niños en los niveles elemental y secundario, de escuelas privadas y públicas, así bien 50 profesionales de salud (terapeutas ocupacionales, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, doctores, enfermeras, psicólogos) que trabajan con la gente que tiene deficiencias. La muestra fue definida en base del principio teórico de la saturación. Los datos fueron recopilados con un cuestionario en el cual se pregunta a los sujetos si están contra la inclusión de pupilos con deficiencias en la escuela regular, o son absolutamente favorables o parcialmente favorables, y porqué. De la respuesta a la pregunta "¿por qué?", las categorías de análisis siguientes fueron elaboradas (a posteriori): derecho, concepto de deficiencia, ayuda, educación, actitud y estructura. El análisis de las respuestas de los sujetos indica un concepto de deficiencia como enfermedad e la idea del pupilo con deficiencias como problema a que la escuela no estaría preparada para hacer frente. Concluimos que el trabajo para la construcción de una escuela inclusiva debe exigir necesariamente acciones dirigidas al cambio de conceptos de la deficiencia.

PALABRAS LLAVE: Gente con deficiencias-educación. Educación inclusiva. Educación especial.

* Terapeuta ocupacional. Doutora em Educação: Psicologia da Educação. Coordenadora adjunta e docente do curso de Terapia Ocupacional do Centro Universitário São Camilo. E-mail: celina@scamilo.edu.br

** Fonoaudióloga. Mestre em Distúrbios da Comunicação Humana. Coordenadora e docente do curso de Fonoaudiologia do Centro Universitário São Camilo.

*** Terapeutas ocupacionais pelo Centro Universitário São Camilo.

**** Fonoaudióloga pelo Centro Universitário São Camilo.

***** Discente do curso de Terapia Ocupacional do Centro Universitário São Camilo.

***** Discente do curso de Fonoaudiologia do Centro Universitário São Camilo.

Introdução

A Inclusão Social de pessoas com deficiências tem sido tema de diversas discussões e estudos, particularmente no campo da Educação, frente à realidade legal que garante a essa parcela da população o direito de frequentar escolas regulares, independente de suas peculiaridades.

Ao pensarmos em inclusão é importante que tenhamos clareza que os decretos que legitimam essa prática garantem, a princípio, o acesso, ou seja, o direito de cada cidadão estar em todos os espaços sociais – isso é essencial. No entanto inclusão é bem mais do que acesso, envolvendo permanência e sucesso; desta forma, falando da escola, que é o foco desse estudo, não basta garantir a matrícula do aluno com deficiência, é preciso que se construam possibilidades de permanência e, principalmente, de sucesso no processo ensino-aprendizagem. É nesse aspecto que repousam as maiores dúvidas e questionamentos a respeito da educação inclusiva – estará a escola preparada para garantir sucesso a todos os seus alunos?

As nossas ações não se dão de maneira isolada, elas se ancoram em concepções, valores, crenças, em sonhos e expectativas. Assim, não é possível uma efetiva ação em prol da inclusão de pessoas com deficiência na rede regular de ensino a não ser a partir de estratégias que identifiquem e, se necessário, modifiquem concepções sobre o que é ensinar, aprender, sucesso, deficiência etc. Mais do que isso, não nos basta conhecer as concepções dos educadores, pois não são eles os únicos profissionais envolvidos nesse processo. Os profissionais de saúde, historicamente, têm sido aqueles a quem cabe a

assistência destinada às pessoas com deficiência; essa condição peculiar do ser humano ainda é bastante permeada pela idéia de doença, de algo a ser reabilitado, logo, aos profissionais de saúde tem cabido esse trabalho. São esses mesmos profissionais que se apresentam como equipe de apoio à escola, que encaminham (ou não), as pessoas com deficiência para as escolas regulares, que elaboram laudos, relatórios sobre essa parcela do alunado. Desta forma, conhecer também as concepções desses profissionais é essencial para que se entenda a dinâmica dos processos de inclusão (ou exclusão) educacional.

Essas são questões fundamentais para a melhor compreensão desse campo e a partir delas delinea-se essa pesquisa, que teve por objetivo apreender as concepções de educação inclusiva de profissionais de educação e saúde, para levantar indicativos de ações favorecedoras da construção de uma escola que possa se configurar, realmente, na escola da e para a diversidade.

Educação Inclusiva

Nos processos educacionais, os discursos inclusivistas têm sido acompanhados de sentimentos contraditórios: muitos o consideram utópico; outros, inadequado. Muitos dos que defendem a inclusão, geralmente de maneira apaixonada, tendem a ser intransigentes – incluir já, incluir todos! A reação? Medo, desconfiança. Como é possível que estes que, até pouco tempo eram educados em espaços especiais, por profissionais formados especificamente para os atender, estejam hoje aqui, e devam ser trabalhados junto com todos os demais? Não eram, até ontem,

necessários métodos e estratégias específicas para eles? Isso acabou?

O medo é fruto, muitas vezes do desconhecimento. Outras vezes, da própria experiência (que pode ser a do fracasso, a da sensação de incapacidade para lidar com algo):

“[...] os professores das turmas de educação regular consideravam os professores que trabalhavam nas turmas de educação especial como detentores de uma preparação especial e de uma habilidade especial para o trabalho. Eram uma raça à parte, e era visto como inadequado esperar que professores que não tivessem esse preparo e inclinação participassem da educação de alunos em cadeiras de rodas e alunos com dificuldade de aprendizagem.” (Stainback, Stainback, 1999, p. 38)

Profissionais especiais para crianças especiais. Olhar o diferente (no caso a pessoa com deficiência) de longe, de uma distância segura, parece criar uma mística em torno de seu acompanhamento, como se aqueles que se dedicassem a este trabalho fossem possuidores de algum dom e/ou habilidade especial, habilidade essa não partilhada, necessariamente, pelos professores das chamadas “classes comuns”. (Bartalotti, 2004).

Kupfer e Petri (2000), refletindo sobre as contradições existentes entre o discurso inclusivista e a prática – e pensando como o processo de educação inclusiva que vem se dando –, afirmam que:

“[...] o barulho em torno da questão foi aumentando significativamente, e para ele vêm contribuindo tanto professores como os teóricos da educação. Os últimos vêm professando o

ideário da inclusão a qualquer custo, e os primeiros vêm alertando para o fato de que esse 'qualquer custo' pode ser muito alto, já que a lei não veio acompanhada de medidas facilitadoras para a sua implantação." (p. 109–110)

E o que seriam essas medidas facilitadoras? Formação especial para todos os professores, reforma física de todas as escolas, equipe de apoio formada por profissionais de saúde presentes no cotidiano escolar? Percebemos, na análise da fala de nossos sujeitos (educadores e profissionais de saúde), que embora esse seja um clamor quase unânime, há muita dificuldade em definir, exatamente, o que seria necessário para facilitar esse processo.

Podemos afirmar que a questão da inclusão da criança com deficiência na escola é algo muito maior do que uma mudança física (espacial) – não se trata apenas de inseri-las nos recursos regulares de educação, trata-se, antes, de mudar o lugar social que estas pessoas, até então, vinham ocupando. As concepções correntes, referendadas pelas práticas em curso, legitimam a noção de que esta parcela da população necessita de espaços e profissionais diferenciados. Uma nova prática implica a construção de novas concepções, que vão além da boa vontade ou disponibilidade, mas exigem condições de ensino que permitam a essas crianças terem respeitada a sua diferença:

"[...] no campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportuni-

des educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isso inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos nas escolas ou salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como as oportunidades de esporte, lazer e recreação." (Mittler, 2003, p. 25)

A inclusão é uma proposta de construção de cidadania. Nesta ótica, portanto, a sociedade inclusiva extrapola a escola, pois envolve todos os segmentos sociais ao transformar um modo de ser, pensar e agir. Fica claro, conseqüentemente, que a inclusão social é um processo de mão dupla, ou seja, tanto a pessoa com deficiência, como a sociedade, precisam se modificar.

Método

Este trabalho teve como sujeitos 90 educadores atuantes em Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, da rede pública e particular de ensino e 50 profissionais da saúde (terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, médicos, enfermeiros, psicólogos) que têm sua atuação voltada a pessoas com deficiência. A amostra foi definida a partir do princípio de saturação teórica, metodologia da pesquisa qualitativa que determina que se incluirão na pesquisa tantos sujeitos quantos forem necessários até que ocorra a saturação, ou seja, até que nenhuma categoria nova ou relevante esteja emergindo dos dados. Para Minayo (1999) o número adequado de sujeitos

é aquele capaz de refletir a totalidade das dimensões do problema, e essa determinação se dá a partir dos critérios e categorias definidas pelo pesquisador, dentro dos procedimentos metodológicos de elaboração de categorias.

O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário São Camilo¹, e os dados foram coletados a partir de um questionário, através do qual se perguntava ao sujeito se era contra a inclusão de alunos com deficiência na escola regular, a favor ou a favor com restrições, e porquê. A partir da resposta à pergunta: porquê?, foram elaboradas as categorias de análise (*a posteriori*) que nortearam a discussão realizada.

Análise e discussão dos dados

A análise das respostas dos sujeitos indica que as concepções sobre inclusão apresentadas pouco se embasam em conhecimento, mas sim em uma percepção construída a partir da imagem social da pessoa com deficiência como incapaz ou como doente e de uma visão de escola bastante pessimista – lotada de alunos, com professores despreparados, alunos desinteressados, estruturas pouco propícias etc. Cabe ressaltar que não houve diferenças significativas entre as falas dos educadores e dos profissionais da saúde, aqueles olhando a deficiência como algo ligado à patologia, estes referendando essa posição e tomando para si, muitas vezes, as rédeas do processo.

Salientamos que, para fins dessa análise, os sujeitos não foram divididos por modalidade em que lecionam (no caso

1. O Projeto foi analisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário São Camilo, em sua 3ª Reunião Ordinária realizada em 20 de abril de 2005, conforme os requisitos da resolução CNS/MS 196/96 – Protocolo de Pesquisa 034/05.

dos educadores), nem categoria profissional (no caso dos profissionais de saúde), pois não era nosso interesse estabelecer comparações; assim definimos olhar as categorias de sujeitos como um todo, embora reconhecendo suas peculiaridades.

Ao definir inclusão como direito observamos que ambas as categorias profissionais concordam que a educação é um direito de todos, sejam pessoas com ou sem deficiência, como nos exemplos a seguir:

"(...) todos têm direito a frequentar qualquer espaço social, sendo ou não portador de necessidades especiais." (educador).

"(...) Toda criança ou cidadão tem o direito à educação, independentemente de suas necessidades especiais." (profissional da saúde).

Ainda definindo inclusão como um direito nossos sujeitos afirmam sua importância na construção de uma sociedade na qual exista menos discriminação, definindo a inclusão como um valor a ser buscado:

"(...) Sou a favor da inclusão porque é um direito do deficiente e assim estaremos contribuindo para a formação de uma sociedade menos discriminatória e competitiva e mais humanitária" (educador).

"(...) Acredito na prática da inclusão como um valor essencial em uma sociedade, o que aos poucos possa construir uma escola de todos, com todos." (profissional da saúde).

Sendo a inclusão definida como um direito, ou seja, se os profissionais concordam que as pessoas com deficiência devem ter acesso à educação, porque se observam tantas dificuldades nesse processo? É o que as demais categorias irão mostrar.

Consideramos que as concepções de deficiência são essenciais para que possamos compreender as dificuldades ou entraves ao

processo de inclusão escolar. As falas de nossos sujeitos demonstram claramente que a deficiência é vista como algo estranho ao ambiente escolar, uma diferença significativa que, como define Amaral (1995) incomoda, amedronta. Mais que diferentes, essas crianças são "especiais", necessitam de tratamentos especializados, de acompanhamento de profissionais da saúde para garantir seu desenvolvimento.

"(...) Seria mais benéfico a todas as crianças que fossem atendidas por grupo multidisciplinar de profissionais, também em locais adequados." (educador)

A presença desse aluno na sala, muitas vezes, é vista como um problema, algo que atrapalha o professor e os demais alunos, pois exigiria desse professor uma atenção muito diferenciada, o professor precisaria deixar de atender aos demais alunos para atender a esse, tão diferente:

"(...) Sou a favor, apesar de ser muito difícil uma vez que as classes são muito numerosas e essas crianças necessitam de uma atenção mais especial, dependendo do caso e do grau da deficiência, muitas vezes acabamos largando os demais em função da inclusão". (educador).

Para aprender, então, esse aluno precisaria de profissionais que o acompanhem, ou de espaços especiais – ainda que uma minoria, alguns ainda defendem claramente a permanência desses alunos nos espaços segregados de educação:

"(...) Acredito que o ideal seria que esses alunos frequentassem escolas especiais onde haja profissionais com formação para dar suporte necessário para o desenvolvimento das potencialidades dos alunos, pois não está havendo inclusão no sentido da relação ensino-aprendizagem, mas apenas no aspecto social". (educador).

Os educadores sujeitos dessa pesquisa colocam grande esperança na parceria com os profissionais da saúde, esses aparentemente detentores do saber que poderia viabilizar a inclusão escolar dessas crianças. Deles partiria o apoio. E o que pensam esses profissionais? Estarão eles preparados para ajudar a escola nesse desafio? Quem são, para os profissionais da saúde, as pessoas com deficiência? Veremos que são os mesmos que para os educadores: portadores de patologias, necessitados de tratamento.

"(...) Acho que os professores não têm treinamento adequado para atender a necessidade dessas crianças especiais, pois cada caso requer uma atuação diferente (tipo de patologia)." (profissional da saúde).

Vemos aqui uma clara concepção vinculada ao que se configurou chamar "modelo médico de deficiência" (OMS/CIE, 2001). A patologia é o centro, o conhecimento da patologia é que daria ao professor os instrumentos para ensinar essa criança, e não qualquer criança, mas aquela que, por critérios diagnósticos, pudesse ser, seletivamente, incluída:

"(...) Acredito que quando falamos em necessidades especiais, abordamos diversas patologias em níveis de comprometimento diferenciados. Para que a inclusão seja efetiva, com bons resultados, as patologias devem ser classificadas e as pessoas portadoras destas, incluídas de forma seletiva para um melhor aproveitamento dos processos." (profissional de saúde)

O que percebemos é que a concepção de deficiência como doença ainda é uma realidade; a idéia de deficiência como condição mutável, relacionada não só a aspectos do sujeito, mas também às condições sociais, a

oportunidades, não faz parte, de maneira geral, das percepções cotidianas de nossos sujeitos.

Interessante observar que toda a proposta derivada da construção do Paradigma de Inclusão está calcada no modelo social de deficiência, na idéia que o sujeito se desenvolve a partir das suas relações/interações sociais, das oportunidades, das experiências enriquecedoras que o meio lhe oferece. No entanto tanto educadores como profissionais de saúde, de uma maneira geral, parecem ainda não ter se apropriado ainda dessa concepção – a deficiência ainda é algo muito diferente das “diferenças aceitáveis”.

Assim, dentro do que aqui foi definido como a categoria apoio, o que se pode perceber, tanto da parte dos educadores, como dos profissionais de saúde, é que esse apoio teria, basicamente, a característica de tratamento clínico paralelo, ou ainda mais, da presença do profissional da saúde na escola para atender às demandas desse aluno:

“(...) não podemos ser esquecidas dentro da sala de aula, precisamos ter apoios, construir parcerias, pois esses alunos precisam de atendimentos especiais (fono, psicólogo, fisioterapia, hidroterapia, psicopedagogos) e não podem freqüentar o ensino regular sem o tratamento adequado.” (educador)

“(...) A equipe educacional deve receber orientação e assessoria da equipe técnica permanentemente”. (profissional da saúde)

Orientação, assessoria, tratamento... o que realmente se entende como apoio? Qual o apoio seria aquele que proporcionaria o sucesso nos processos de inclusão? Pensando em deficiência como doença que necessita de tratamento, certamente aquele que pudesse eliminar ou ao menos

minimizar seus “sintomas” Ainda nessa categoria percebe-se claramente que, tanto para os educadores como para os profissionais de saúde a possibilidade do fazer do professor em sala de aula aparece sempre como algo atrelado a alguém que vem de fora da escola, um outro (o profissional de saúde) que teria um saber específico que tornaria possível o ensinar. A esse outro, também, competiria a formação do docente para a inclusão:

“(...) o professor para trabalhar com alunos deficientes tem que ser especializado através de cursos, reciclagens, treinamento etc.” (educador)

“(...) O professor precisa estar capacitado para trabalhar com o aluno que apresenta necessidades educacionais especiais. Não adianta colocar o aluno no ensino regular se o professor não estiver preparado e capacitado” (educador)

A formação aparece como algo que oferecerá ao professor instrumentos para lidar com essa situação – a deficiência. A idéia subjacente é que ensinar crianças com deficiência é muito diferente de ensinar crianças sem deficiência. A deficiência é o centro, e não a criança:

“(...) Outro aspecto a ser discutido é a formação dos profissionais na área da educação, onde com exceção da deficiência mental, não têm conhecimento das patologias diversas. Este assunto é prioridade da área da saúde.” (profissional da saúde).

Portanto seria o profissional da saúde aquele quem deveria oferecer a formação aos educadores – temos aqui uma repetição do que se criticava nos programas de educação especial, mais voltados ao treino de áreas defasadas do que à aprendizagem acadêmica em si. Se são as patologias que o educador deve conhecer talvez seja porque se

acredite que é sobre elas que ele deve trabalhar. Não negamos aqui a necessidade do conhecimento do educador sobre as peculiaridades de seu aluno, sejam elas quais forem, mas discutimos a centralidade dessas no olhar sobre esse aluno. Fica perdido o saber do professor; em nenhum momento esse é destacado como o especialista no processo de ensinar, como o profissional a quem compete a criação de estratégias pedagógicas para a promoção do aprendizado de todos os seus alunos – tornamos a afirmar que parece que para os alunos com deficiência o processo de aprender seria algo muito diferente, talvez também deficiente, e portanto inacessível ao saber desse educador.

A questão do preparo é entendida também à escola, cuja estrutura seria inadequada para receber essa parcela da população, tanto no que se refere à estrutura física como à equipe escolar, equipamentos. Esse é um aspecto que preocupa mais os educadores do que os profissionais de saúde, talvez por aqueles estarem vivenciando o cotidiano da escola e, por isso mesmo, enfrentando essas dificuldades. Cabe ressaltar que a maiorias das questões levantadas nessa categoria não se refere diretamente aos alunos com deficiência, mas são problemas que certamente prejudicam toda a comunidade escolar:

“(...) Atualmente a maioria das escolas públicas não oferece condições de trabalho adequadas, são mais de 40 alunos por sala, não há espaços como: salas de leitura, laboratórios etc.” (educador)

Um educador aponta claramente a visão de que a diferença do aluno com deficiência é mais perturbadora que as demais diferenças observadas em sala de aula, ao afirmar que:

“(...) A nossa grande dificuldade também é trabalhar a inclusão numa sala onde a diversidade de grande e cada um necessita de atenção especial.” (educador)

E que atenção seria devida ao aluno com deficiência? Essa idéia é referendada por um dos profissionais de saúde:

“(...) Apenas para reforço, hoje nosso ensino público e até mesmo algumas escolas privadas, não se encontram em condições adequadas de ensino nem mesmo às nossas crianças ‘normais’.” (profissional de saúde)

Aqui se pode inferir a continuação da frase: quanto mais aos alunos com deficiência. Que diferença é essa que ao invés de desafiar, ameaça?

O que nos leva à última categoria analisada, que consideramos central: a atitude. Segundo Amaral (1995) atitude é uma predisposição psíquica, consciente ou inconsciente, anterior à ação e que a prepara. A atitude de alguém frente a determinado fenômeno indica e, de certa forma, conduz sua ação. No caso da presente pesquisa pudemos verificar que a atitude dos sujeitos frente à deficiência está sempre permeada pelo estranhamento, pelo sentimento de que essa pessoa é alguém que apresenta uma diferença muito significativa que, justamente por isso, amedronta, ameaça, “não passa em brancas nuvens”, segundo a autora. As barreiras atitudinais são as mais sólidas e as mais difíceis de serem transpostas, e estão totalmente permeadas pelas concepções dos sujeitos.

“(...) O que eu ouço é: não tenha expectativas sobre sua aprendizagem. Então você fica com o jovem na sala, não permite agressões físicas e verbais a ele (na sala e no pátio...) e pronto (...)” (educador)

Se nada espero dele, porque ensiná-lo?

“(...) A inclusão depende às vezes de mais atenção e aí excluímos os normais que também precisam de atenção.” (educador).

Eles e os outros – os alunos “de inclusão” e os normais? A quem atender, uma vez que parece ser impossível atender a todos.

“(...) Mas se Deus quiser ainda irei ter oportunidade de me preparar e enfrentar esse grande e maravilhoso desafio”. (educador).

Um desafio para além das possibilidades humanas...

“(...) Sou a favor a partir do momento em que o aluno será beneficiado por essa situação, isto implica em ter condições para estar e participar das atividades no contexto do ensino regular.” (profissional de saúde).

A possibilidade da inclusão aparece como algo inerente à capacidade do aluno com deficiência, beneficiar-se ou não é algo que depende desse aluno estar apto ou não a participar das atividades. Então, apesar de todas as colocações referentes à necessidade de formação, apoio, estrutura, no final o sucesso ainda é algo que parece depender, prioritariamente, da capacidade individual de cada um.

Considerações Finais

A inclusão de pessoas com deficiência na escola regular tem se configurado em um desafio a ser enfrentado por todos aqueles envolvidos nesse processo. A construção de uma escola realmente inclusiva, no entanto, não será efetivamente realizada enquanto não for enfrentada questão que detectamos como fundamental: a concepção de deficiência dos profissionais envolvidos. É essa concepção que norteia as ações (ou paralisias) que terminam por definir o sucesso ou o fracasso do aluno nos programas escolares.

Vista como doença ou impossibilidade, a deficiência não se coloca aos profissionais como um problema a ser enfrentado, mas como um obstáculo quase intransponível.

Ao questionarem, quase com a mesma intensidade, a competência do educador para ensinar e a competência do aluno para aprender naquele meio específico, nossos sujeitos apontam para uma necessidade fundamental: uma melhor compreensão do que é ser uma pessoa com deficiência – ainda vista como uma pessoa doente, que precisa necessariamente ser acompanhada por profissionais de saúde.

Observa-se uma desqualificação da ação docente, tanto pelos próprios educadores como pelos profissionais da saúde; aqueles se considerando despreparados para a tarefa, e os últimos colocando-se no lugar dos que dominam o conhecimento necessário para que o aluno possa ser atendido.

A análise deste contexto nos abre a possibilidade de refletir sobre quais seriam as práticas realmente transformadoras da realidade escolar, no que concerne à inclusão de alunos com deficiência. A transformação da ação passa, necessariamente, pela transformação das concepções quando se fala de ação consciente, significativa. De nada adiantam os processos meramente informativos – palestras, cursos, textos baseados na descrição de quadros e diagnósticos; nem as clássicas ações de convencimento (intituladas, muitas vezes – sensibilização, conscientização). Essas ações resvalam na superfície. A transformação passa pela construção do conhecimento efetivo, aquele que vincula teoria à prática e, portanto, modifica as formas de ver e compreender a realidade.

REFERÊNCIAS

- Amaral LA. Conhecendo a deficiência: em companhia e Hércules. São Paulo: Robe; 1995.
- Bartalotti CC. Nenhum de nós é tão esperto como todos nós: construindo histórias de sucesso na inclusão de crianças com deficiência mental na creche. [Tese] Doutorado em Educação. Psicologia da Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2004.
- Kupfer MCM, Petri R. "Por que ensinar a quem não aprende?" Estilos da Clínica: Revista sobre a Infância com Problemas. 2000;5(9):109-117.
- Minayo MCS. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec-Abrasco; 1999.
- Mittler P. Educação inclusiva: contextos sociais. Porto Alegre: Artmed; 2003.
- Organização Mundial de Saúde. Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. OMS; 2001.
- Stainback S, Stainback W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas; 1999.
-

Recebido em 8 de janeiro de 2008
Aprovado em 18 de fevereiro de 2008